



PODER

Lira dá a largada para sua sucessão

Presidente da Câmara anuncia apoio a Hugo Motta para substituí-lo. Preterido, Elmar Nascimento dispara críticas ao comandante da Casa

» CAMILA CURADO

Marina Ramos / Câmara dos Deputados

A pouco mais de três meses da eleição para a nova Mesa Diretora da Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), formalizou o apoio ao deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) para sucedê-lo no cargo. A iniciativa de Lira fez com que partidos reunissem suas bancadas para avaliar que posicionamento tomarão.

O anúncio de Lira ocorreu na residência oficial da Câmara, com a presença do líder do PP, Dr. Luizinho (PP-RJ), e do líder do MDB, Isnaldo Bulhões (MDB-AL). O presidente da Casa afirmou que buscou um candidato que garanta diálogo inclusive com opositores.

“Depois de muito conversar e de ouvir, estou convicto de que o candidato com mais condições políticas de construir convergências no parlamento é o deputado Hugo Motta, nome que demonstrou capacidade de alinhar polos aparentemente antagônicos com diálogo, leveza e altivez”, elogiou. Ele agradeceu pelos votos recebidos de 464 deputados que o reelegeram há dois anos.

Na impossibilidade de se candidatar para um terceiro mandato, Lira sinalizou a expectativa em ter em Motta a continuação “da agenda positiva e das entregas históricas” que deixa ao país. “Declarar apoio a Hugo Motta, neste momento, é minha contribuição pessoal à convergência, para que sigamos com uma Câmara dos Deputados atuante, propositiva, firme em defesa das prerrogativas do Parlamento, da democracia e do Brasil”, complementou.

Motta entrou no páreo em setembro, após o presidente do seu partido, Marcos Pereira (SP), abrir mão de sua candidatura para passar ao coreligionário. Até então, a preferência de Lira era por Elmar Nascimento (União Brasil-BA).



Lira com Motta: presidente da Câmara disse que o deputado é quem tem “mais condições políticas de construir convergências no parlamento”

Mas logo que Motta apareceu na disputa houve uma **reviravolta**, uma vez que o parlamentar tem uma presença mais forte na Casa, reunindo as alas da direita, da esquerda e do centro na mesma direção. Um exemplo disso é a sua relação próxima com os líderes do PL, Altineu Côrtes (PL-RJ), e do PT, Odair Cunha (PT-MG).

Após o anúncio feito por Lira, o Republicanos lançou oficialmente a candidatura de Motta. Segundo o partido, o deputado é “o nome capaz de agregar todas as forças políticas da Câmara para fortalecer a agenda legislativa e enfrentar os desafios que o Brasil tem pela frente”. “Os 44 deputados do Republicanos estarão ao seu lado nessa jornada”,

Rompimento

Após ser preterido por Lira em setembro, Elmar Nascimento rompeu relações com o presidente da Câmara, de quem era amigo. Os dois só voltaram a conversar neste mês, de forma protocolar, quando Lira fez uma ligação ao deputado do União para falar sobre votações no plenário da Casa.

informou a sigla em nota.

Na cerimônia, Motta agradeceu pela confiança depositada pelo partido, agradeceu a Marcos Pereira pela oportunidade



A palavra empenhada deve ser pilar dessa liderança. Confiança e respeito aos compromissos são essenciais para a integridade do processo legislativo. Quem não cumpre a sua palavra, pode mandar, mas não lidera”

Elmar Nascimento (União Brasil-BA), deputado, preterido por Lira

se disse consciente da responsabilidade em suceder o segundo mandato de Lira.

Em seguida, foi a vez de o PP receber, na sala de reuniões da

Câmara, Lira, Motta e o presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI), para, com a bancada, reiterar sua escolha. O PP tem 50 deputados.

Adversários

Os outros dois candidatos ao cargo, Elmar Nascimento e Antonio Brito (PSD-BA), também estiveram na Câmara, para participar de uma reunião de bancada com o PT.

Elmar propôs ao PT a formação de um bloco com ele, o PSD e os partidos que compõem o bloco e desafiou os adversários para um debate aberto, “com temas que são importantes”. “O país merece nos conhecer para fundamento do ponto de vista do que a gente pensa e quais são as propostas para o futuro”, destacou. “Fazer um debate entre mim, o Brito e o Hugo para o Brasil nos conhecer, o que pensa cada um sobre os rumos do país. Estamos falando do segundo cargo mais importante da República, e não dá para ser na base da nota escrita, do previsível.”

Antes de ir ao gabinete do PT, Elmar teve uma reunião com a bancada do União Brasil. Em suas redes sociais, ele se manifestou sobre o anúncio de Lira, dizendo que o apoio do alagoano a Motta “é legítimo”, mas que “a condução da Câmara dos Deputados não deve buscar uma unanimidade artificial”. E cutucou Lira: “A palavra empenhada deve ser pilar dessa liderança. Confiança e respeito aos compromissos são essenciais para a integridade do processo legislativo. Quem não cumpre a sua palavra, pode mandar, mas não lidera”.

Já Brito se definiu como “o candidato do consenso”. Ele alegou não ter chegado a nenhum acordo com o PT, mas se mostrou confiante e afirmou que tem a seu favor a bancada do União Brasil e de outros partidos. “Tenho buscado ser o consenso na Casa. Eu dialogo com a esquerda, com a direita e com o centro. O consenso não é buscar o consenso dos desiguais. É buscar pautas comuns a todos que a gente possa defender na Casa e colocar em votação com previsibilidade. E é isso que eu vou fazer”, declarou após o encontro com petistas.

Bolsonaro sobre anistia: “Sou o segundo plano”

Pedro França/Agência Senado



» JÚLIA PORTELA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), retirou da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto de lei que anistia os golpistas do 8 de janeiro e criou uma comissão especial para discutir o assunto.

A presidente da CCJ, Caroline de Toni (PL-SC), tinha pautado o projeto para ser votado ontem. Na prática, a proposta volta a ser analisada do zero.

Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) esperavam aprovar o texto na CCJ ainda hoje. Se assim ocorresse, restaria apenas a votação no plenário para que o texto fosse ao Senado. A atual redação do projeto é considerada “muito ampla” por juristas, que veem brechas passíveis de beneficiar o próprio Bolsonaro.

O ex-presidente esteve ontem no Congresso. Após sair de uma reunião com senadores de seu partido, disse apoiar a criação da comissão. “A prioridade nossa é com o pessoal que está

preso. Eu sou o segundo plano”, frisou. “Concordo (com a comissão especial). É o caminho que temos para buscar alternativa. Acabando os trabalhos na comissão, se conseguirmos cumprir os prazos, dá para ser votado este ano ainda.”

Ontem, Lira afirmou que o projeto não pode ser “elemento de disputa política”. “O tema deve ser devidamente debatido pela Casa, mas não pode jamais, pela sua complexidade, se converter em indevido elemento de disputa política, especialmente no contexto das eleições futuras para a Mesa Diretora da Câmara”, enfatizou, durante pronunciamento em que anunciou apoio a Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Casa. “Essa comissão seguirá rigorosamente todos os ritos e prazos regimentais, sempre com a responsabilidade e o respeito que são próprios deste Parlamento.”

A poucos meses para a definição da nova Mesa Diretora

e do sucessor de Lira, o gesto serve para tirar esse texto da discussão em torno das negociações.

Bolsonaro disse que tratou ontem de eventual apoio à eleição de Motta, mas que não colocou a aprovação da anistia como condição para a aliança.

Com a decisão de Lira, cabe agora a cada partido indicar representantes para integrar a comissão especial: serão 34 membros titulares e 34 suplentes. Não há prazo para que essa indicação seja feita. Em seguida, será preciso definir relator e presidente do colegiado, além de criar um cronograma de debates.

Também ontem, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que ainda não há “posição do Senado” formada sobre o assunto.

“Esse é um tema que está na Câmara dos Deputados, e eu respeito as iniciativas da Câmara”, declarou Pacheco, em entrevista coletiva durante a Lide Brazil Conference, em Londres. “Não há ainda uma posição do Senado

formada em relação a isso, nós não discutimos essa alternativa.”

A proposta

De autoria do deputado Major Vitor Hugo (PL-GO), a proposta visa anistiar “todos os que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor desta lei”.

Segundo o texto, seriam anistiados todos aqueles que cometeram “crimes políticos ou com estes conexos e eleitorais”.

Também anula as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral a pessoas e empresas que tenham participado dos atos e estabelece que condenações por crimes contra o Estado Democrático de Direito não poderão ser baseadas nos chamados crimes multitudinários, ou seja, aqueles cometidos em grupo, quando todos contribuem para o resultado a partir de uma ação conjunta. (Com Agência Estado)